

RESENHA DA OBRA “O ÓDIO À DEMOCRACIA” DE JACQUES RANCIÈRE

Maria Valentina Copque Aguiar de Souza¹

I – SOBRE O AUTOR

Jacques Rancière é um renomado filósofo, formado pela École Normale Supérieure em 1960. Tornou-se professor emérito tendo lecionado estética e política no Centre Universitaire Expérimental de Vincennes, que posteriormente tornou-se Universidade de Paris VIII. Escreveu diversas obras como *La Leçon d' Althusser*, *La parole ouvrière*, *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário* e *Aisthesis e Scènes du régime esthétique de l'art*. Suas obras buscam registrar aprofundamentos de seus estudos principalmente em questões relativas à política, pautadas em conceitos do marxismo e do estruturalismo. Relevante também suas observações no que concerne à relação que o mesmo faz entre a política e a arte ao defender a política como uma forma artística peculiar de olhar o mundo. Dentre suas obras, o livro “Ódio à Democracia”, a que configura o objeto de resenha desse trabalho, busca esclarecer o quão complexo se torna o assunto democracia quando se observa o seu significado e suas complicações práticas.

II – SOBRE A OBRA

Ao escrever esse livro, o autor procura expor e explicar a formação da democracia moderna, suas implicações e o fenômeno do ódio à democracia, a partir de pensamentos de estudiosos sobre esse assunto como sociólogos e cientistas políticos, além de formular suas próprias conclusões. Algumas manifestações sociais que ocorrem na atualidade são motivos para iniciar/renascer a discussão sobre a democracia e suas complicações, relativa tanto à sua compreensão em seus diversos sistemas, quanto às suas causas e consequências para a sociedade.

Nesse sentido, por exemplo, desejos provenientes da sociedade, como a manutenção do sistema de aposentadoria e greves, estariam, incluídos por estudiosos do mecanismo

¹ Graduanda em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

democrático, como “desejos ilimitados” (RANCIÈRE, 2014, p. 8) do povo de modo que o mal da democracia seria ela mesma. Tal raciocínio é demonstrado pelo autor no decorrer da obra.

No decorrer da história, ela – a democracia – não só foi tida como objeto de repúdio, como também foi aproveitada, de forma contida, por diversos governos. A Constituição dos Estados Unidos foi um exemplo da inspiração de ideais democráticos, porém preservou-se o que não convém à democracia: a oligarquia e a ordem proprietária. Marx contesta essa ordem e afirma que esse tipo de democracia restrita visa aumentar o poder da burguesia e que a luta contra esse regime mascarado devolveria a democracia “real”, na qual o povo poderia desfrutar da igualdade social sem a manipulação da classe burguesa.

Atualmente, observa-se críticos que afirmam que há um excesso dessa democracia “real”. O problema estaria nos hábitos do povo e não nas instituições democráticas, nem na democracia em si. Ao mesmo tempo, esses mesmos críticos acham positivo que os valores da democracia sejam ampliados no mundo por meio da atuação coerciva de países, os quais devem possuir um poderio militar superior em relação aos demais para que sejam capazes de implantar tal ideologia, mesmo que, para tanto, seja necessária a utilização da força bruta, como, por exemplo, de guerras.

III – RESENHA

Em seu primeiro capítulo “Da democracia vitoriosa à democracia criminosa”, Rancière expõe que os sistemas de governo adversários à democracia são apresentados, de modo geral, como os regimes totalitários, e se autodenominam democráticos, mas mantêm privilégios e restrições a esta ordem. Baseado no livro *The Crisis of Democracy*, há a tese de que o que provoca a crise da democracia seria a intensidade das demandas ditas irresistíveis do povo por um princípio anárquico que busca a liberdade e igualdade. Esse excesso da população levaria a própria ruína do governo democrático. Mesmo que, na tentativa de resolver isso, desvie-se esses interesses para uma “busca da prosperidade material, a felicidade privada e os laços da sociedade” (RANCIÈRE, 2014, p. 17), desvirtuaria a consciência do povo e das autoridades para irresponsabilidade para com o bem público. Dessa forma, a democracia considerada ideal seria a que ponderasse entre a restrição do pensamento anárquico e o individualismo, criando um meio termo por meio do controle social.

Em *Les penchants criminels de l’Europe démocratique*, um livro de Jean Claude Milner, afirma-se que o ideal democrático não iria de encontro com o extermínio dos judeus no nazismo,

como forma de defender algumas de suas vontades, as quais são a eliminação da reprodução sexuada, da divisão sexual e da filiação. A defesa da paz após a Segunda Guerra Mundial seria apoiar a criação de Israel, o que é contra os anseios democráticos. Rancière pensa que houve uma alteração dos significados de democracia e totalitarismo, não só por Milner, mas também entre a opinião intelectual dominante atualmente. Características atribuídas ao regime totalitário passou a serem atribuídas à democracia, sendo a mesma considerada democracia “às avessas”. Assim, o totalitarismo da democracia seria o “princípio social da ilimitação” (RANCIÈRE, 2014, p. 22), também afirmada por Furet na obra *Penser la Révolution Française*: a ideia de que o totalitarismo e essa democracia não eram verdades opostas.

A crítica liberal, feita por teóricos da contrarrevolução e aceita depois por socialistas utópicos e sociólogos do século XIX, acrescenta que não é o coletivismo o responsável pelo terror na Revolução Francesa e sim o individualismo e as implementações de direitos individuais. Assim, o protestantismo pode ser considerado também uma ruptura de crenças coletivas por exemplo. Dessa forma, pode-se pensar que o sentimento de revolução já havia no consciente do povo e faltava-lhe pôr em prática, como adiciona Furet, seguindo análises de Claude Lefort e Augustin Cochin.

Essas duas concepções sobre a democracia permitem compreender melhor a formação do antidemocratismo contemporâneo.

Em estudos contemporâneos, junto com a perda de uso do termo totalitarismo, também se tornou sem uso a oposição da democracia que defende os direitos humanos e liberdades individuais e a democracia igualitária e coletivista.

Hannah Arendt criticava os direitos humanos, afirmando que estes são os direitos do “homem nu” desprovidos de direito. Essa é uma ideia que tem influenciado opiniões recentes. Ela serve de apoio, por exemplo, para que Estados defendam direitos dos sem terras em nome da democracia. Outros, como Marx, defendem a ideia de que os direitos humanos são direitos egoístas da sociedade burguesa, donos dos meios de produção.

A concepção contemporânea sobre esse quesito é ainda outra: pensa-se que esses indivíduos, em vez de serem os chamados egoístas, na verdade, seriam trocados por consumidores “ávidos”. Esses exigiriam direitos igualitários e uma delas seriam os direitos humanos. Essa grande demanda de direitos seria um empecilho para indivíduos democráticos e para o bem da sociedade.

No que se conhece como democracia providencial, há a ideia, também presente nas observações do marxismo, de que os indivíduos se recusam a reconhecerem uma soberania

superior a deles. Eles negam que exista a diferença de relações e condições entre estratos da sociedade, como a de um prestador de serviços e um cliente. Mesmo assim, existe a exploração dos donos de produção com o proletariado gerando a desigualdade econômica. A igualdade democrática, nesse âmbito, é então, na verdade, a “troca igual da prestação mercantil” (RANCIÈRE, 2014, p. 31), incluída na ideia de igualdade dos direitos humanos da democracia, debaixo de uma intensa exploração mercantil.

A democracia, nesse ponto de vista, seria primeiramente uma forma de sociedade em que se busca a igualdade entre os indivíduos, relativo a propriedades e consumo por exemplo, para depois ser atribuído a esse povo a característica de democráticos que busca um crescimento indefinido ligado ao capitalismo. Dessa forma, para Marx a interpretação disso é de que a igualdade de direitos humanos na verdade seria a igualdade do sistema de exploração capitalista.

Tocqueville, por sua vez, acreditava que a igualdade reivindicada pelo povo não seria proveniente de uma compulsão consumista e sim o fim das sociedades divididas em ordens, o qual apoiava-se na democracia para a sua concretização.

Na década de 80, surgem pensadores como Daniel Bell, que considerava que a cultura produzia, atrelada ao consumismo, a ideia da realização pessoal como uma forma de valor. Essa vontade de realização impulsiva seria um obstáculo ao esforço produtivo demandado pelo bem coletivo da nação. Lipovestky, no entanto, pensava que o consumismo, a satisfação pessoal e a regra coletiva tinham harmonia entre si.

Ao contrário do que filósofos entendiam, sociólogos pós-modernos entendem que a democracia pressupõe a eliminação da política, pois seria nivelada unicamente pela individualidade consumidora. Exceções ocorrem quando há greves e manifestações públicas, o que une o povo em torno de um interesse comum, sobrepujando o individualismo egoísta.

Outro ponto destacado pelo autor foi a questão da educação escolar. Observa-se que nem todos da sociedade recebem a mesma qualidade em educação, principalmente estudantes de classes menos favorecidas. Bourdieu e Passeron propunham que a educação fosse transmitida sem essa diferença, tornando-a mais igualitária. A tese republicana ia de encontro afirmando que a igualdade educacional tornaria a desigualdade social mais homogênea. Por falta de uma organização correta dessa ideia, Jean-Claude Milner propõe uma doutrina “sociológica”, na qual demonstrou-se pouca importância dada em colocar o universal a serviço da igualdade, e maior importância a saberes, liberdades e elites. Quanto as elites, o mesmo afirmava que essas são responsáveis pelas liberdades de um país católico, esse visto como

autoritário e conservador. Ademais, colocava-se em questão o que o Estado poderia fazer para resolver o problema da desigualdade social. Com a época marcada pela falsa cultura dominada pela manipulação do mercado, viu-se que o problema se encontrava no individualismo democrático. Concluiu-se que o problema da escola republicana então não estava na sociedade desigual e sim no indivíduo egoísta e “imaturado”, apoiado nos direitos humanos e na busca pela igualdade. Vê-se, então, pessoas que têm atitudes ligadas a um comportamento de busca pela igualdade e pela liberdade, são vistas, todas, da mesma forma: indivíduos democráticos. Um exemplo disto é o aluno que não entende que o professor, naquele ambiente escolar, é uma autoridade e agride-o por não o reconhecer como diferente de si.

O livro também demonstra que quem tem mais penhor em reivindicar pela democracia são as pessoas de menor poder aquisitivo. Percebe-se a duplicidade: pobres querem consumir sempre mais e elites acham que tem muita gente reivindicando o consumo desenfreado. O pensamento censitário do século XIX funde-se ao pensamento atual a qual pensa-se que a individualidade é boa para a elite, mas uma catástrofe, se for generalizada. Assim, a sociedade pode ser analisada como separada em duas partes: a matura, que segue a tradição, e a imatura, que segue uma ideologia democrática que conduz à autodestruição.

Da mesma forma, há uma interpretação francesa chamada *double bind*, a qual contrapõe a democracia saudável à democracia que busca excessos da “vida política democrática e do individualismo de massa” (RANCIÈRE, 2014, p. 43). Diz esta que “a vida democrática se torna a vida apolítica do consumidor indiferente de mercadorias, direitos das minorias, indústria cultural e bebês produzidos em laboratório” (RANCIÈRE, 2014, p. 43). Conhecem-na por “sociedade moderna”.

Em contraposição, diz o autor: “vale notar que o denunciante mais radical do crime democrático era, vinte anos atrás, o porta-bandeiras da escola republicana e laica” (RANCIÈRE, 2014, p. 43), ou seja, aquele que sustentava a ideia da fonte primária de informação veiculada diretamente aos institutos da laicidade e da república, coloca-se agora numa posição política contrária uma vez que considera tal escola crime à democracia saudável. Rancière ressalva que, na verdade, foi a ideia de educação que mudou já que, o que era considerado um meio de “transmissão universal do saber e seu poder de igualdade” (RANCIÈRE, 2014, p. 43), hoje trata-se apenas do processo de transmissão em si.

O “bom governo”, então, não se vê mais forçado a utilizar o nome da democracia; chama-se agora de “governo pastoral”, no qual o crime democrático é o esquecimento do pastor. Aqui, a ideia central, segundo o livro *Le meurtre du pasteur* de Benny Lévy, é a do pastor

divino, o qual cuida de todas as ovelhas e de cada uma individualmente. O “homem democrático”, entretanto, troca a Voz do pastor pelo “homem-deus” ou “povo-rei”, o que constitui uma ofensa às leis da filiação, ou seja, uma ofensa ao vínculo da ovelha com seu pai e pastor divino. Aquele governador, entretanto, só pode governar por meio de “pequenos prazeres”, gerando, com isso, o “reino da democracia, do indivíduo ou do consumo” (RANCIÈRE, 2014, p. 46).

No capítulo “A política ou o pastor ferido”, o autor explica que “o crime democrático contra a filiação humana é, em primeiro lugar, o crime político” (RANCIÈRE, 2014, p. 47). Isto ocorre quando os humanos passam a organizar a política e a sociedade de forma laica, ou seja, sem um vínculo direto com Deus. O autor afirma que quem rompeu esse laço foram os antigos e, em especial os gregos, em nome da política e da filosofia e do poder pertencente ao povo. Platão, afirma Rancière, era contemporâneo destes homens, mas não concordava com os ideais dos mesmos. Uma vez nesta situação, o renomado filósofo sancionou o “adeus” ao pastor divino por meio da criação de fábulas, nas quais estariam as histórias de Cronos e do pastor divino. Além destas, criaria uma outra fábula para disfarçar sua ausência [de Cronos e do Pastor divino]. Esta seria sobre uma falsa república, na qual “o deus, para garantir a boa ordem da comunidade, teria posto ouro na alma dos governantes, prata na dos guerreiros e ferro na dos artesãos” (RANCIÈRE, 2014, p. 48).

O autor considera verdade que “a política se define na separação do modelo do pastor alimentando seu rebanho” (RANCIÈRE, 2014, p. 48). Ele diz que também é possível exigir o governo do povo para o pastor divino e para os pastores humanos que interpretam sua voz. Entretanto, a democracia aqui “é apenas o ‘império do nada’, a figura última da segurança política, clamando o retorno, do fundo da aflição, para o pastor esquecido” (RANCIÈRE, 2014, p. 48). O autor propõe, então, que analisemos o livro de Platão, *Político*, retratado anteriormente, sob um ponto de vista diferente: como se fosse um “esboço da oposição entre bom governo e o governo democrático” (RANCIÈRE, 2014, p. 48), funcionando como uma “preservação nostálgica” do bom pastor.

O autor, então, ressalta duas críticas, feitas por Platão, à democracia: esta seria o reino da lei abstrata e, contraditoriamente, suas leis pretendem se valer para todos os casos. Num primeiro momento, diz Rancière, estas críticas parecem ser opostas, mas, na verdade, elas se integram. Na primeira, a democracia se opõe à “solicitude do médico ou do pastor”. Esta se expressaria de duas maneiras: a ciência deles se oporia ao “apetite do tirano” (porque somente alguns conseguiriam retirar algum proveito do exercício da democracia pelo tirano) e às leis da

cidade democrática (já que elas se adaptam a cada caso apresentado). Na segunda crítica, as leis valem para todo e qualquer caso. Entretanto, afirma Rancière, “essa universalidade da lei é uma aparência enganosa” (RANCIÈRE, 2014, p. 50). O homem egoísta honraria, na imutabilidade da lei, o instrumento do seu bel-prazer.

O autor continua o raciocínio, dizendo que a palavra democracia significaria tanto uma “forma ruim de governo e de vida política, mas, propriamente, um estilo de vida que opõe a qualquer governo ordenado da comunidade” (RANCIÈRE, 2014, p. 50). Platão, no livro VIII da *República*, sustenta que este instituto é um “regime político que não é regime político” (RANCIÈRE, 2014, p. 50). Rancière, por sua vez, afirma que a democracia inverte “todas as relações que estruturam a sociedade humana” (RANCIÈRE, 2014, p. 50), ou seja, as mulheres igualam-se aos homens; os filhos, aos pais; e os estrangeiros, aos cidadãos.

Vê-se que a democracia foi criada em uma época muito diferente da modernidade, mas percebe-se que o avanço tecnológico, como a telefonia móvel, só adiciona acessórios ao modelo perverso da democracia moderna. O homem democrático sempre seria o mesmo na história em relação aos seus sentimentos de egoísmo que são da mesma natureza. O que falsamente fundamenta o princípio da política seriam as próprias ideologias da democracia, que por sua vez é adaptada ao mau. Essa relação democrática idealizada seria um princípio de distinção que se baseia na convenção e natureza humana e que dá legitimidade a um governo.

No entanto, a democracia se contradiz quando se nota que em todas as cidades sempre tem de haver os que mandam e que os mesmos tenham que ser obedecidos, o que põe abaixo a ideia de que na democracia a relação deva ser horizontal, sem que haja o poder de um sobre o outro. A hierarquia provém das relações familiares e sociais, que são relacionadas com princípios da filiação, e de posições, que são definidas a partir do quão sábia é uma pessoa, que se separa da lei da filiação, mas tem respaldo na natureza. O povo democrático escolhe os “amados dos deuses”, quem governa, quem manda, como possibilitados de possuírem autoridade por acaso, o que quebra princípios normativos que possuem afinidade com a lei da filiação inerente à convenção de ordem humana.

A democracia grega, explicita o autor, caracterizava uma sociedade que não resguarda qualquer semelhança com a sociedade atual, mas possuem os mesmos traços. Para explicar esse fenômeno, o autor afirma que a sociologia de papéis sociais invertidos conjura que a democracia seja a forma do próprio princípio da política, “fundamentando o ‘bom’ governo em sua própria ausência de fundamento” (RANCIÈRE, 2014, p. 52).

Rancière, então, elucida que o princípio da *arkhé*, é “o comando do que começa, do que vem primeiro” (RANCIÈRE, 2014, p. 53). É com isso que se definiria o ideal de um governo, o qual seria a realização de um princípio, seria a exibição em ato da legitimidade de seu princípio.

O autor, em seguida, explica que a política começa quando o princípio do governo se separa da filiação e, ao mesmo tempo, à natureza (RANCIÈRE, 2014, p. 53). Além disso, ela também cria um título hierárquico novo: o “amado dos deuses”, ou seja, o sorteio, “o procedimento democrático pelo qual um povo de iguais decide a distribuição dos lugares” (RANCIÈRE, 2014, p. 53).

Este título cria um escândalo, uma confusão. Isto porque ele é diferente dos demais uma vez que ele consiste na ausência de título. Rancière afirma, em seguida, que o significado de Democracia é “governo” anárquico, fundamentado na ausência de qualquer título para governar (RANCIÈRE, 2014, p. 57). Os modernos, diz o autor, negam que o sorteio é o princípio da democracia e encontram para ela princípios mais adequados, como a representação do povo soberano por seus eleitos. Para eles, o sorteio havia sido realizado em tempos antigos.

Todavia, Rancière sustenta que “o sorteio era o remédio para um mal bem mais sério e ao mesmo tempo bem mais provável do que o governo dos incompetentes: o governo de certa competência” (RANCIÈRE, 2014, p. 58). Afirma ele que opõe-se, com frequência, a “justiça da representação e a competência dos governantes a sua arbitrariedade e aos riscos mortais da incompetência” (RANCIÈRE, 2014, p. 58), mas que isto não seria correto uma vez que o sorteio não favorece ninguém, seja incompetente ou não.

Platão, por sua vez, sabe isso e, mesmo assim, o coloca na lista de títulos em seu livro. Não somente porque era o modelo de organização da cidade onde vivia, Atenas, como também porque está de acordo com o princípio do poder dos sábios e porque produz um efeito retroativo sobre os outros, ou seja, uma dúvida sobre o tipo de legitimidade estabelecido.

O sorteio está de acordo com este princípio pois considera que “o bom governo é o governo daqueles que não desejam governar” (RANCIÈRE, 2014, p. 59). Desta forma, Rancière sustenta que a ausência de título é essencial para que um governo seja político.

O sorteio parte do princípio de que o governo deve ser governado por quem não deseja governar. Aristóteles, em *Política*, afirma que a política começa quando reconhece-se que o poder emana de quem tem mais riqueza. A democracia significaria, segundo o autor, uma ruptura na ordem da filiação (RANCIÈRE, 2014, p. 61). Nela há, então, uma heterotopia estrutural inerente a ela, a qual corresponde ao desejo da consequente exclusão da ordem da

filiação. A mesma é criada por esse tipo de sistema de governo. Há várias formas de governo apoiados nessa contradição, podendo ser a gerontocracia (poder dos mais velhos) e a epistemocracia (poder dos sábios) exemplos, excluindo o governo político na visão do autor. Dessa forma, conclui-se que existem duas formas de base que servem para governar: a que segue a ordem da filiação e outra por meio do poder da riqueza. Vê-se que as sociedades são geralmente governadas com uma combinação delas e a força e a ciência, em proporções diferentes, reforçá-las-iam.

A democracia, portanto, é o poder daqueles que não tem título para governar. Desse modo, o poder daquele que governa é o poder político e este significa “o poder dos que não tem razão natural para governar” (RANCIÈRE, 2014, p. 64). A sociedade, que seria a princípio não igualitária, só pode sê-lo devido a uma “multitude de relações igualitárias”.

No capítulo Democracia, República, Representação, o autor declara que concorda com Rousseau, quando este denuncia o círculo vicioso de Hobbes que tem como pretensão provar a insociabilidade natural dos homens, que também mostra que é inútil procurar o início da comunidade política em virtude desta.

A filosofia que procura o princípio do bom governo vem depois da democracia (RANCIÈRE, 2014, p. 68).

A “sociedade democrática”, para Rancière, seria uma farsa destinada somente à fundamentação da mesma ou do “bom governo”. Desta forma, “o ‘poder do povo’ é necessariamente heterotópico à sociedade não igualitária, assim como ao governo oligárquico” (RANCIÈRE, 2014, p. 68). Podemos sintetizar esta questão à oposição entre democracia direta e democracia representativa. A democracia direta somente era adequada antigamente, pois toda a população de homens cidadãos cabia em uma praça, onde eram debatidos os assuntos pertinentes e realizadas as votações. Atualmente as sociedades são enormes, sendo a única solução a democracia representativa.

A eleição não é uma forma democrática onde o povo consegue fazer sua voz ser ouvida, ela é um consentimento dado a um poder superior que somente é válido quando este é unânime (RANCIÈRE, 2014, p. 70). “A representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia” (RANCIÈRE, 2014, p. 70).

“Democracia representativa”, segundo o autor, é uma forma de funcionamento de Estado com base no privilégio das elites “naturais” e afastada de sua função pelas lutas democráticas.

“A democracia não tem consequência natural precisamente porque é a divisão da ‘natureza’, o elo rompido entre propriedades naturais e formas de governo” (RANCIÈRE, 2014, p. 71). A democracia é o movimento de luta contra a privatização, contra a separação do público e do privado, esta que é a garantia da dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 72). Esse movimento possui dois significados na história: o primeiro, o objetivo alcançado de igualdade e de sujeitos políticos a todos; e o segundo, o reconhecimento do caráter público de diversos tipos de espaços que eram somente utilizados pelos integrantes da riqueza. Porém esse movimento envolve também todas as lutas com o objetivo de conquistar o caráter público de diversos espaços antes considerados privados e discussões sobre condições de trabalhos. Este objetivo em específico é descrito como um movimento social, apesar disso, esse sentido é dúbio.

O “direito ao trabalho”, objetivo de movimentos sociais do século XIX, significa a constituição do trabalho como campo da vida pública, limitando assim o processo anteriormente ilimitado do crescimento da riqueza (RANCIÈRE, 2014, p. 74).

A dominação é exercida por meio de uma lógica de distribuição das esferas, estas de dupla competência, as quais, de um lado, pretendem distinguir o controle da coisa pública dos interesses privados. Sendo realizada essa distinção, a coisa pública se torna limitada. Acaba que essas duas esferas, mesmo separadas, tornam-se ainda mais unidas sob a lei oligárquica. Conseguimos observar, então, que o movimento democrático é um “duplo movimento de transgressão dos limites”: além de levar a igualdade do homem público à competência de sua vida privada, também ratifica a inclusão dessa esfera pública a todos (RANCIÈRE, 2014, p. 74-75).

Percebe-se, com isso, a dualidade do homem e do cidadão, denunciada pelos críticos, que dizem que, se a política necessita de dois princípios, um deles, senão ambos, deve ser ilusório. “Os direitos dos homens são vazios ou tautológicos”, disse Rancière ao citar Burke e Arendt: Ou serão direitos do homem nu, os quais não têm relação com nenhuma nação, ou seja, direitos humanos; ou “direitos dos homens que pertencem a uma comunidade nacional”, dos cidadãos, pura tautologia. Marx, por sua vez, sustenta a ideia de que os direitos dos cidadãos constituem o ideal do “homem proprietário que impõe a lei de seus interesses, a lei da riqueza, sob a máscara do direito igual de todos”.

Essas duas posições possuem em comum um ponto bastante importante: o desejo de reduzir a dualidade homem e cidadão às opções ilusão e realidade, para que desta forma o político possua somente um princípio. Entretanto, o que nenhuma das duas consegue enxergar

é que “o um da política exista apenas pelo suplemento anárquico expresso pela palavra democracia”. Desta forma tal dualidade serviu como base à construção de sujeitos políticos que possuem a dupla lógica da dominação, fazendo com que nas duas esferas eles possuam a mesma dominação (RANCIÈRE, 2014, p. 77).

Olympe de Gouges e seus companheiros inserem uma terceira possibilidade: os “direitos da mulher e da cidadã”. Estas foram destituídas dos direitos que a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão cria indistintamente aos membros da nação e da humanidade, mas elas exercem, por sua ação, o direito do cidadão “que a lei lhes recusa”. E, com isso, eles acabam com as denúncias realizadas tanto por Burke e por Hannah Arendt.

Existe uma privatização do universal em nome da pureza da vida pública, porém está é somente uma reorganização dos termos de um estado das relações entre “as formas sociais do poder da riqueza e as formas de privatização estatal do poder de todos”. A democracia no sentido dessa invenção de formas de contrariar a privatização da vida pública significa a impureza da política.

Rancière, então, afirma que: “Se existe uma ‘ilimitação’ própria à democracia, é nisso que ela reside: (...) no movimento que desloca continuamente os limites do público e do privado, do político e do social”. Esse deslocamento, é exatamente o que é rejeitado pela ideologia republicana. Tal ideologia requer uma exata delimitação das esferas público e social, e ainda considera a república como o domínio da lei, alheio a todas as particularidades (RANCIÈRE, 2014, p. 81).

O termo república é algo ambíguo, não podendo se definir como o reino da igualdade uma vez que este implica a “vontade de incluir nas formas instituídas *do político* o excesso *da política*. (...) A república é um regime de homogeneidade entre as instituições do Estado e os costumes da sociedade” (RANCIÈRE, 2014, p. 82). A tradição republicana remonta propriamente à *politéia* platônica. Podemos dizer que república e sociologia são denominações para a mesma coisa, recondicionar uma ordem política que seja homogenia com a sociedade em que está inserida.

O autor observa, então, que a ideia de república não pode ser estabelecida como uma limitação da sociedade pelo Estado. Alguns pensadores pensam que a educação está desfeita e a ciência deve reconstruir a relação Estado e sociedade. E, com isso, somos capazes de perceber que o termo república reescreve o programa sociológico, expressando que se deve “refazer o tecido social homogêneo que suceda, para além do esgarçamento revolucionário e democrático,

ao antigo tecido da monarquia e da religião” (RANCIÈRE, 2014, p. 84). Desta forma, infere-se que a junção de instrução e educação é algo fundamental.

O programa de Jules Ferry identifica república e democracia como uma ordem social e política indivisível.

“O mal absoluto é a confusão dos meios”, diz Rancière. A “falsa democracia”, a democracia “individualista”, conduz a civilização, a uma avalanche de males, da liberação sexual e do reino do consumo de massa:

O individualismo absoluto, cujos princípios os próprios socialistas adotam com frequência, gostaria que os filhos [...] não fossem em absoluto solidário com suas famílias, que fossem cada um como um indivíduo X, [...] caído do céu, capas de fazer qualquer coisa, não tendo outras regras além dos acasos de seus gostos. Tudo que pode unir os homens entre eles parece uma corrente servil à democracia individualista.

Ela começa a se revoltar até contra a diferença dos sexos e as obrigações que essa diferença acarreta [...] (FOUILLÉ, 1910, p. 131-132)

A crítica ao “individualismo democrático” é simplesmente o ódio à igualdade onde os indivíduos sem acesso à informação e sem poder são controlados por indivíduos com poder. Essa disposição da informação goza de um poder social uma vez que também é uma (re)distribuição das posições. E para tal medição se faz necessária uma ciência a mais: a ciência política.

Uma única coisa sempre faltou a essa ciência: “a justa proporção entre igualdade e desigualdade. Porém, não existe ciência para isso. (...) A república gostaria de ser o governo da igualdade democrática pela ciência da justa proporção” (RANCIÈRE, 2014, p. 89). Para extinguir tal tensão a ideologia neorrepública elimina a política, situando-a exclusivamente na esfera estatal.

Conclui, então, o autor, dizendo que: “restava colocar a ilimitação da riqueza, com ingenuidade ou cinismo, na conta do apetite devorador dos indivíduos democráticos e transformar essa democracia devoradora na grande catástrofe pela qual a humanidade destrói a si mesma” (RANCIÈRE, 2014, p. 90).

No capítulo *As razões de um ódio*, o autor retoma sua discussão inicial: como compreender que, no interior das democracias, existe uma *intelligentsia* dominante que pouco aspira a viver sob outras leis e acuse sempre um único mal chamado democracia? (RANCIÈRE, 2014, p. 91)

Possui-se normalmente a existência de um sistema representativo como preceito pertinente de democracia. A partir de tal preceito conseguimos enumerar as regras que definirão

o mínimo necessário para um sistema representativo se tornar democrático: mandatos eleitorais curtos, monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis, etc. Contudo, segundo o autor, hoje em dia, tal enumeração é de provocar o riso. Pois o que é chamado de democracia atualmente é um funcionamento estatal e governamental, que é o oposto.

“Os males de que sofrem nossas ‘democracias’ estão ligados em primeiro lugar ao apetite insaciável dos oligarcas. Não vivemos *em* democracias. (...) Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais”. Tais liberdades foram conquistadas mediante ação democrática e somente são mantidas mediante tal ação também.

Tem-se um governo em alternância, a partir do qual cresce uma cultura de concordância que condena os conflitos antigos, habituado a pedir respostas aos especialistas e debatê-las com representantes dos interesses sociais. Para Rancière, entretanto, este governo teria um malefício: “a multidão desobriga da preocupação de governar fica entregue a suas paixões privadas e egoístas”.

O autor chega a uma conclusão que, no seu ponto de vista, é muito simples: o sistema dá a uma minoria mais forte a faculdade de governar sem perturbações e a criação de uma maioria que está sempre em concordância faz com que a máquina oligárquica tenda a ficar paralisada. Tal paralisação é motivada pela antítese entre dois princípios de legitimidade. O princípio da soberania popular, em primeiro lugar, é “uma maneira de incluir o excesso democrático”, que tem sua função determinada no sistema antinômico da representação.

O autor, então, começa a debater tal conflito, conforme essa visão, existe somente uma realidade, que se chama economia (ou a ilimitação do poder da riqueza, segundo Rancière). “Vimos a dificuldade com que essa ilimitação fornece o princípio do governo. Contudo, por menos que se consiga dividir o problema em dois, ele pode ser resolvido e essa solução pode dar ao governo oligárquico a ciência real com que ele sonhou em vão até então.” (RANCIÈRE, 2014, p. 98). Ao contrário, como esse desenvolvimento é sem limites, perde-se a preocupação com o destino particular das populações, independente do pertencimento a Estados. “Suprimir os limites nacionais pela expansão ilimitada do capital, submeter à expansão ilimitada do capital aos limites das nações: na conjunção dessas duas tarefas define-se a figura finalmente descoberta da ciência real” (RANCIÈRE, 2014, p. 99). Ainda não é possível encontrar a divisão certa da igualdade e da desigualdade, contudo acha-se possível calcular o equilíbrio entre o limite e o ilimitado, e isto é o que o autor chama de modernização (RANCIÈRE, 2014, p. 99).

A escolha popular então torna-se um problema. O poder dos governantes se encontra entre duas razões opostas: de um lado, é legitimada pela escolha popular e, de outro, pela habilidade dos governantes de escolher soluções para problemas da sociedade.

“Se a ciência não consegue impor sua legitimidade, é por causa da ignorância”, tal é a explicação para todos os problemas do consenso, segundo Rancière, o qual em outras palavras, é chamado de “populismo”. Tal termo, o populismo, oculta a discordância entre legitimidade popular e científica, e também permite ao governo científico acabar com tal indagação: “como a ciência pode governar aqueles que não a entendem?”

Os governos, os quais se declaram somente como administradores das demandas mundiais em suas sociedades específicas, se dedicam a desviar a democracia nova nas sociedades. A guerra declarada ao “Estado-providência” é visível como “o fim de uma situação assistência e a volta da responsabilidade dos indivíduos e das iniciativas da sociedade civil”. Obtém-se como resultado o fortalecimento de um Estado que é responsável pela vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo, combate as instituições do *Welfare State*.

O fim do Estado-providência não significa que o Estado está se afastando da sociedade, e sim que está ocorrendo uma nova organização de instituições que mesclavam a lógica capitalista do seguro e a gestão estatal direta. Este é o motivo pelo qual a campanha que colocava o interesse comum em oposição ao egoísmo antiquado de corporações privilegiadas deu errado, como também a conversa “republicana” sobre a diferenciação entre político e social. “Dizer que um movimento político é sempre um movimento que desloca as fronteiras (...) é dizer que sempre corre o risco de permanecer confinado no conflito”.

O peso da oligarquia e os vários impedimentos no processo da democracia possibilitam entender as manifestações da onda antidemocrática. “A ideia-força do consenso é que o movimento econômico mundial atesta uma necessidade histórica a que devemos nos adaptar”, e esta legitimou o apoio de uma grande parte de intelectuais do governo, os quais a partir desta, nunca mais deixaram de denunciar os privilégios que atrasam a modernização. Os progressistas sentem a corresponsabilidade da obrigação de avanços para explicar o atraso e assim tem seu antidemocratismo ponderado.

Outros não concordam com esta posição e seu marxismo, em teoria, era o da análise onde se tentava apresentar o outro lado das coisas, porém na prática, era o das classes que se confrontam e da interrupção que separa em dois a história. Porém, mesmo sem concordarem, apenas mudaram o alvo da denúncia e mudaram de ruptura temporal, afirma Rancière. Os indivíduos são os causadores desse sistema, eles que regem a “tirania democrática” do

consumo, que só se perpetua por estes serem devoradores insaciáveis de mercadorias: “O consumidor democrático insaciável por excelência é o que se opõe ao reino das oligarquias financeiras e estatais”.

Os que idealizam um renovado governo das elites adaptam-se à condição existente de “democracias”. O novo ódio à democracia é, portanto, apenas uma confusão. Ele duplica a confusão consensual, fazendo com que o termo “democracia” se transforme em um agente que transforma as questões da vida pública em “fenômenos de sociedade”, ao mesmo tempo em que recusa as formas de dominância que a sociedade é baseada.

“A palavra democracia foi inventada como termo de indistinção, para afirmar que o poder de uma assembleia de homens iguais só podia ser a confusão de uma turba informa e barulhenta, que equivalia dentro da ordem social ao que é o caos dentro da ordem da natureza”. A democracia é o “ponto em que toda legitimidade se confronta com sua ausência de legitimidade última, com a contingência igualitária que sustenta a própria contingência não igualitária”. Por este motivo é que a democracia causa o ódio, que surge como um disfarce. A democracia é o processo que tira dos governos oligárquicos a posse da vida pública e da riqueza. Por este motivo a democracia causa o medo e em seguida o ódio nos indivíduos possuidores do pensamento crítico. Porém, entre os indivíduos que conseguem compartilhar o pensamento crítico, a democracia pode causar o contrário, coragem e em seguida, felicidade.

IV- CONCLUSÃO

A “sociedade democrática”, que tanto prega o individualismo ilimitado, se transforma no seu inverso, o mais puro “totalitarismo” popular, visto que a democracia se caracteriza por representação, leis e instituições definitivas e firmes, e não por um povo que goza diante de seus poderes.

A igualdade, a este modo, se diferencia da política. Uma vez que a última admite que há lugares e modos-de-ser singulares e pertencente àqueles que habitam esses lugares, a igualdade, por sua vez, estabelece que toda essa construção é descabida, e que toda essa ordenação poderia ser de outra forma. A declaração de igualdade, assim como a afirmação de existência política daqueles excluídos do espaço público, é, para Rancière, a essência da democracia. A democracia é a expressão da lógica da igualdade uma vez que ela se caracteriza por ser uma ordem fundada na característica inerente ao povo. Mas o “título” próprio da democracia é não ter título algum, é ser comum e universal. A democracia como regime lida

com a contradição de que o seu fundamento de governo, sua lei organizativa, é justamente não ter fundamento. Por isso, a democracia nunca é propriamente um regime de governo, ela é o elemento desestabilizador pertencente a todo regime de governo, ela denuncia em ato que as noções em que ele constitui sua autenticidade é um mero devaneio.

Nunca haverá, sob o nome de “política”, um único fundamento do qual provém o governo da coletividade. Em um governo que se diz “democrático” é necessário se pautar na tentativa de assegurar igualdade de todos os indivíduos e na indistinção dos governados para se consolidar como tal, porém, o funcionamento absoluto dessa igualdade é o que, justamente, desordena esse governo.

Aqueles indivíduos que têm poder para pôr em prática sua superioridade e excelência sempre foi uma das maiores preocupações dos governos democráticos. É essa, inclusive a razão principal da aversão às pessoas comuns que podem reivindicar o poder decisório sobre o rumo das coisas. A este modo, juntamente com a aversão vem a preocupação de que as pessoas percebam que são realmente iguais e que não necessitam de uma aristocracia para governar. A democracia que conhecemos nada mais é que fruto histórico dessa constante tentativa de despolitização e dos conflitos gerados pelo povo que se descobriu e se reconheceu como igual, como legítimo e como capaz.

O que, por fim, nos é deixado a partir da leitura teórico-política de “O ódio à democracia” é a sensação de impotência. O que fazer se a democracia, por si só é falha? Se não é possível consolidar, de fato, uma democracia firme, estável e sólida? São questões, deixadas pelo autor, passíveis de diversas interpretações e com certeza enfatizadas em épocas como a que vivemos.

A democracia é, ou deveria ser, por fim, o espaço em que todos os cidadãos participam igualmente, não devendo, portanto, deixar que suas ações causem prejuízo ao bem comum.

Referências Bibliográficas

FOUILLÉE, Alfred. **La démocratie politique et sociale em France**. Paris: Félix Alcan, 1910.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. 128p.